

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O servidor público efetivo ou em exercício de cargo em comissão ou função gratificada, deverá observar regulamento próprio da carreira a qual pertença, antes de requerer o credenciamento como instrutor.

Art. 14. O credenciamento é válido por quatro anos, renováveis, sucessivamente, por iguais períodos, na forma do capítulo anterior, ressalvado o disposto no art. 16.

Art. 15. O credenciamento dos instrutores efetivado conforme os preceitos da Portaria nº 387/06-DG/DPF, será válido até o término do prazo originalmente fixado.

§ 1º Os atuais instrutores da disciplina de armamento e tiro que não sejam credenciados pelo SINARM, deverão ser credenciados novamente, seguindo os preceitos desta Portaria e da regulamentação própria do SINARM.

§ 2º Os instrutores credenciados para a disciplina "Radio-comunicações e Alarques", nos termos da revogada Portaria nº 387/2006-DG/DPF, poderão ministrar, sem necessidade de novo credenciamento e até o término da validade de suas autorizações, as disciplinas "Radiocomunicações" e "Noções de Segurança Eletrônica".

Art. 16. A Polícia Federal se reserva no direito de descredenciar o instrutor, em decisão fundamentada em regular processo administrativo, garantidos a ampla defesa e o contraditório, quando houver razões que justifiquem a anulação ou revogação do credenciamento, em decorrência de apresentação de documentação falsa, errônea, má prestação do serviço instrucional, ou outro motivo idôneo.

Art. 17. Este instrumento convocatório tem validade de dois anos, prorrogável por igual período, no interesse da Administração Pública.

Art. 18. Ficam convalidados todos os atos praticados sob a égide da Portaria nº 12.620/2012 - CGCSP/DIREX, inclusive no interstício entre 12 de janeiro de 2015 e a publicação desta portaria.

Art. 19. Esta Portaria entrará em vigor após sua publicação no Diário Oficial da União.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ANEXO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO
DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA
(COMISSÃO DE VISTORIA)

CREDENCIAMENTO DE INSTRUTOR

O Chefe da DELESP/SR/DPF/_____ (Presidente da CV/DPF/_____), no uso de suas atribuições, com base no artigo 80 da Portaria nº 3233/12-DG/DPF e tendo em vista o contido no processo de protocolo SIAPRO nº _____

R E S O L V E:

Credenciar (nome, identidade, CPF)

mo instrutor da disciplina (descrever todas as disciplinas autorizadas)

_____, ____ de _____ de _____

CHEFE DA DELESP/_____
(PRESIDENTE DA CV/DPF/_____)ESTE DOCUMENTO TEM VALIDADE DE 4 (QUATRO)
ANOS, A CONTAR DA EXPEDIÇÃOSECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

PORTARIA Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015

Estabelece e institui documentos necessários à instrução de processos de alteração de assentamentos e averbação de nacionalidade constantes do registro de estrangeiros.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Portaria SNJ/MJ nº 02, de 12 de fevereiro de 1993, publicada no Diário Oficial de 15 de fevereiro de 1993 e SNJ/MJ nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial do dia 23, subsequente, resolve:

Art. 1º Estabelecer a relação de documentos necessários à instrução de processos administrativos de alteração de assentamentos dos estrangeiros e averbação de nacionalidade, em conformidade com os artigos 43 e 44 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 6.964, de 19 de dezembro de 1981, e pelo artigo 76 regulamentada por meio do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, em conformidade com os anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER
DA SILVA

ANEXO I

ALTERAÇÃO DE ASSENTAMENTOS

1.Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou representante legal solicitando a alteração de assentamentos;

2.Cópia da cédula de identidade para estrangeiro permanente atualizada ou Certidão do Departamento de Polícia Federal, provando que se encontra em situação regular no País;

3.Comprovante de recolhimento da taxa (guia GRU) referente ao pedido de alteração de assentamentos;

4.Original do atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos;

5.Certidão dos cartórios de distribuição de ações criminais das comarcas onde residiu nos últimos cinco anos;

6.Cópia da Certidão de nascimento legalizada e traduzida por tradutor público juramentado ou devidamente inscrito na Junta Comercial, no Brasil; ou Declaração consular que consta a qualificação do interessado; ou Cópia autenticada da certidão de casamento (quando for o caso);

7.Comprovante de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável.

ANEXO II

AVERBAÇÃO DE NACIONALIDADE

1.Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou representante legal solicitando a averbação da nacionalidade;

2.Cópia da cédula de identidade para estrangeiro permanente atualizada ou Certidão do Departamento de Polícia Federal, provando que se encontra em situação regular no País;

3.Comprovante de recolhimento da taxa (guia GRU) referente ao pedido de averbação;

4.Original do atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos;

5.Comprovante de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável.

6.Certidão ou inscrição consular, que comprove a nacionalidade de origem, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, exceto quando se tratar de refugiados, apátridas ou exilados devidamente reconhecidas pelo Estado brasileiro.

7.Certidão ou inscrição consular, da nova nacionalidade, emitida pela Embaixada ou Consulado no Brasil, exceto quando se tratar de refugiados, apátridas ou exilados devidamente reconhecidos pelo Estado brasileiro.

PORTARIA Nº 6, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015

REVOGADO

Estabelece e institui documentos necessários à instrução de processos administrativos de naturalização.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS, da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Portaria GM/MJ nº 342, de 02 de maio de 1990 e Portaria SNJ/MJ nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, resolve:

Art. 1º Estabelecer a relação de documentos necessários à instrução de processos administrativos de naturalização extraordinária, ordinária, provisória, transformação da naturalização provisória em definitiva, naturalização especial (casamento com Diplomata) e naturalização especial (a serviço) em conformidade com a Constituição Federal, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 6.964, de 19 de dezembro de 1981, e regulamentada por meio do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, conforme estabelecido nos anexos I a VI desta Portaria.

Art. 2º Para fins de aplicação do artigo 112 e 113 do Estatuto do Estrangeiro, o registro de permanência no Brasil pode ser adquirido a qualquer tempo anterior ao pedido de naturalização pelo interessado.

Parágrafo Único: A comprovação da residência contínua e ininterrupta, cuja finalidade revela a vontade do interessado de se estabelecer no território nacional e inserir-se no convívio social, poderá ser feita por meio da apresentação de comprovantes de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável.

Art. 3º Os refugiados, asilados políticos e apátridas ficam dispensados de apresentar o atestado de antecedentes criminais expedido pelo país de origem, legalizado junto à repartição consular brasileira e traduzido por tradutor público Juramentado ou devidamente inscrito na Junta Comercial, no Brasil, bem como Certidões ou inscrições consular, constantes dos anexos desta Portaria.

Art. 4º O pedido de naturalização será recebido pelo Departamento da Polícia Federal, da unidade de residência do estrangeiro, que o encaminhará a este Departamento com as documentações previstas nos anexos, no seu todo ou parcialmente, de acordo com o previsto no artigo 118 do Estatuto do Estrangeiro.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1, de 23 de janeiro de 2007, do Departamento de Estrangeiros, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2007.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER
DA SILVA

ANEXO I

NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA

1.Requerimento devidamente assinado pelo naturalizando;

2.Declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome à língua portuguesa;

3.Certidão ou inscrição consular, emitida pela Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome do interessado e de seus genitores.

4.Cópia da cédula de identidade para estrangeiro permanente atualizada;

5.Cópia do CPF ou cópia do recibo de entrega da última declaração de imposto de renda (pessoa física);

6.Comprovante de recolhimento da taxa (guia GRU) referente ao pedido de naturalização;

7. Atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos;

8. Certidão negativa de ações criminais da Justiça Federal dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos;

9.Certidão dos cartórios de distribuição de ações criminais das comarcas onde residiu nos últimos cinco anos;

10.Atestado de antecedentes criminais expedido pelo país de origem, legalizado junto à repartição consular brasileira e traduzido, no Brasil, por tradutor público Juramentado ou devidamente inscrito na Junta Comercial;

11.Comprovante de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável;

12.Cópia na íntegra do passaporte, observando as normas que regem o Mercosul;

13.Cópia da certidão de casamento;

14.Cópia da certidão de nascimento do filho brasileiro;

15.DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE RENDAS

15.A: Quando empregado em regime celetista: cópia autenticada, na íntegra da carteira de trabalho - CTPS ou cópia autenticada do contrato de trabalho; cópia autenticada dos últimos três contra-cheques;

15.B: Quando empresários: cópia autenticada do Contrato Social consolidado, quando for o caso, da empresa da qual é sócio ou cotista e Escritura Pública Declaratória de Renda lavrada nos Tabelionatos de Notas;

15.C: Quando autônomos: cópia autenticada do cartão do Imposto Sobre Serviços - ISS, bem como comprovante de seu recolhimento ou RPA (Recibo de pagamento a autônomo) e Escritura Pública Declaratória de Renda lavrada nos Tabelionatos de Notas;

ANEXO II

NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

1.Requerimento devidamente assinado pelo naturalizando;

2.Declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome à língua portuguesa, quando solicitado;

3.Certidão ou inscrição consular, emitida pela Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome do interessado e de seus genitores.

4.Cópia da cédula de identidade para estrangeiro permanente atualizada;

5.Cópia do CPF;

6. Atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos;

7.Certidão dos cartórios de distribuição de ações criminais das comarcas onde residiu nos últimos cinco anos;

8.Certidão negativa de ações criminais da Justiça Federal dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos;

9.Atestado de antecedentes criminais expedido pelo país de origem, legalizado junto à repartição consular brasileira e traduzido, no Brasil, por tradutor público Juramentado ou devidamente inscrito na Junta Comercial;

10.Comprovante de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável;

11.Cópia na íntegra do passaporte, observando as normas que regem o Mercosul;

12. Comprovante de recolhimento da taxa (guia GRU) referente ao pedido de naturalização.



ANEXO III

NATURALIZAÇÃO PROVISÓRIA

- 1.Requerimento devidamente assinado pelo naturalizando ou pelo seu representante legal;
- 2.Declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome à língua portuguesa;
- 3.Certidão ou inscrição consular, emitida pela Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome do interessado e de seus genitores;
- 4.Cópia da cédula de identidade do naturalizando e de seu representante legal (atualizada);
- 5.Comprovante de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residiu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável;
- 6.Prova da data de entrada através da cópia do passaporte ou declaração de entrada no território nacional emitidas pelo Departamento de Polícia Federal;
- 7.Comprovante de recolhimento da taxa (guia GRU) referente ao pedido de naturalização.

ANEXO IV

TRANSFORMAÇÃO DA NATURALIZAÇÃO PROVISÓRIA EM DEFINITIVA

- 1.Requerimento de pedido de transformação da naturalização provisória em definitiva;
- 2.Cópia da cédula de identidade - RG;
- 3.Original do atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos;
- 4.Comprovante de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residiu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável.
5. Comprovante de recolhimento da taxa (GRU), referente ao pedido de transformação da naturalização provisória em definitiva.

ANEXO V

NATURALIZAÇÃO ESPECIAL (CASAMENTO COM DIPLOMATA)

- 1.Requerimento devidamente assinado pelo naturalizando;
- 2.Cópia da certidão de casamento, devidamente autorizada pelo governo brasileiro;
- 3.Cópia na íntegra do passaporte que comprove a estada no Brasil, por no mínimo trinta dias;
- 4.Certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome do interessado e de seus genitores;
- 5.Comprovante de recolhimento da taxa estipulada (GRU) referente ao pedido de naturalização especial.

ANEXO VI

NATURALIZAÇÃO ESPECIAL (A SERVIÇO)

- 1.Requerimento devidamente assinado pelo naturalizando;
- 2.Declaração da autoridade competente recomendando a Naturalização;
- 3.Declaração da autoridade competente que prove que o estrangeiro esteja em exercício efetivo, por mais de dez anos, ininterruptos;
- 4.Certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome do interessado e de seus genitores;
- 5.Cópia na íntegra do passaporte que comprove a estada no Brasil por, no mínimo, trinta dias;
- 6.Comprovante de recolhimento da taxa estipulada (GRU) referente ao pedido de naturalização especial.

PORTARIA Nº 7, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015

Estabelece e institui documentos necessários à instrução dos processos administrativos que regem o Estatuto de Igualdade entre Portugueses e Brasileiros.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS, da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Portaria GM/MJ nº 342, de 02 de maio de 1990, Portaria GM/MJ nº 145, de 26 de janeiro de 2004, Portaria SNJ/MJ nº 005, de 7 de março de 2007 e Portaria SNJ/MJ nº 890, de 26 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União, resolve:

Art. 1º Estabelecer a relação de documentos necessários à instrução dos processos administrativos que regem o Estatuto de Igualdade ou Convenção de Reciprocidade de Tratamento entre brasileiros e portugueses, documento bilateral aprovado em 24 de novembro de 1971 pelo Decreto Legislativo nº 82, com vigência a partir de 22 de abril de 1972, a teor do Decreto nº 70.391, de 12 de abril de 1972, regulamentado pelo Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972 e Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, conforme estabelecido nos anexos I a III desta Portaria.

Art. 2º Para fins de aplicação do disposto nos artigos 15, 16 e 17 do Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, o registro de permanência no Brasil poderá ser adquirido a qualquer tempo anterior ao pedido de igualdade de direitos pelo interessado, sendo necessária a residencial habitual sendo de, no mínimo, 03 (três) anos para fins de concessão de gozo dos direitos políticos.

Parágrafo Único: A comprovação da residência contínua e ininterrupta, cuja finalidade revela a vontade do interessado de se estabelecer no território nacional e inserir-se no convívio social, poderá ser feita por meio da apresentação de comprovantes de residência, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residiu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER
DA SILVA

ANEXO I

IGUALDADE DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES CIVIS.

1. Requerimento assinado pelo interessado dirigido ao Ministro da Justiça solicitando a igualdade de direitos e obrigações civis;
2. Cópia da cédula de identidade de estrangeiro atualizada;
3. Certidão consular atual de nacionalidade portuguesa da qual conste, expressamente, que se destina a instruir pedido de reconhecimento de igualdade de direitos e obrigações civis;
4. Comprovante de residência habitual, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residiu no período imediatamente anterior ao pedido, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável.
5. Atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos.

ANEXO II

IGUALDADE DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES CIVIS E GOZO DOS DIREITOS POLÍTICOS.

1. Requerimento assinado pelo interessado dirigido ao Ministro da Justiça solicitando a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos;
2. Cópia da cédula de identidade de estrangeiro atualizada;
3. Certidão consular de nacionalidade portuguesa da qual conste, expressamente, que se destina a instruir pedido de reconhecimento de igualdade de direitos e obrigações civis e gozo de direitos políticos no Brasil;
4. Comprovante de residência habitual, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residiu no período imediatamente anterior ao pedido, ou de genitor ou cônjuge ou companheiro, acompanhado respectivamente da certidão de nascimento, ou casamento, ou comprovação de união estável.
5. Certidão consular que declara, expressamente, estar o interessado no gozo dos direitos políticos em Portugal;
6. Atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos.

ANEXO III

OUTORGA DO GOZO DE DIREITOS POLÍTICOS A BENEFICIÁRIO DO ESTATUTO DE IGUALDADE

1. Requerimento assinado pelo interessado dirigido ao Ministro da Justiça solicitando a outorga do gozo de direitos políticos a beneficiário do Estatuto de Igualdade;
2. Cópia da cédula de identidade de estrangeiro atualizada;
3. Certidão consular de nacionalidade portuguesa da qual conste, expressamente, que se destina a instruir pedido de reconhecimento de igualdade de direitos e obrigações civis e gozo de direitos políticos no Brasil;
4. Comprovante de residência habitual, tais como: contas de água ou energia ou telefone, bem como através de cópia de contrato de locação ou escritura de compra e venda de imóvel onde reside ou residiu no período imediatamente anterior ao pedido de naturalização.
5. Certidão consular que declara, expressamente, estar o interessado no gozo de direitos políticos em Portugal;
6. Original do certificado de igualdade de direitos e obrigações civis;
7. Atestado de antecedentes criminais expedido pela Polícia Civil dos Estados onde residiu nos últimos cinco anos.

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de permanência com base em prole brasileira, aos nacionais uruguaios DANIELA JACQUELINE CAPULLO DEL PINO e ALBERTO MARTIN ACOSTA MARTINEZ, e para os menores MARTINA XIMENA ACOSTA CAPULLO, AZUL MILAGROS ACOSTA CAPULLO e MICAELA JASMIN ACOSTA CAPULLO, a reunião familiar com base na Resolução Normativa nº 108/2014, do Conselho Nacional de Imigração, por economia processual.

Processo Nº ALBERTO MARTIN ACOSTA MARTINEZ , DANIELA JACQUELINE CAPULLO DEL PINO , MARTINA XIMENA ACOSTA CAPULLO , AZUL MILAGROS ACOSTA CAPULLO e MICAELA JASMIN ACOSTA CAPULLO

INDEFIRO o pedido de permanência definitiva com base em prole brasileira tendo em vista que os pais não assitem social e moralmente a criança, considerando a declaração de que a prole brasileira reside no exterior.

Processo Nº 08505.035318/2013-65 - JIANYONG SHEN
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 16/10/2012, Seção 1, pág. 35, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08335.015414/2011-24 - BENICIO RAMON FERREIRA ORTEGA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 19/10/2012, Seção 1, pág. 31 nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.051998/2011-01 - FABIAN CHUKWU-BUIKEM NWEZAY

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 17/12/2012, Seção 1, pág. 50, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.066590/2011-25 - ALEJANDRO RONDO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 17/12/2012, Seção 1, pág. 50, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08457.012778/2011-76 - VANILDA FELICIA DA CUNHA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 11/10/2012, Seção 1, pág. 39, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.066302/2011-32 - WILLIAM MAHMOUD

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 08/07/2013, Seção 1, pág. 24, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08096.008889/2011-24 - JIA YU YU
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 03/09/2012, Seção 1, pág. 110, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.028839/2011-02 - FLAUBERT CASTRO ARELA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 11/12/2012, Seção 1, pág. 32, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.070631/2011-88 - DIEGO ANGEL AYA-VIRI FLORES

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 21/08/2012, Seção 1, pág. 51, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.065899/2009-83 - MOHAMAD AWADA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 18/03/2013, Seção 1, pág. 84, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08072.007159/2011-84 - EILLEN ALISABEL IBANEZ LUJAN

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 29/10/2014, Seção 1, pág. 09,

Onde lê-se Processo Nº 08505.036434/2014-82 - LAURENT CHARLES MARIE BERTIN, ALEC BERJA MINMARIUS BERTIN DE GRIGNERT, BASILE ANTONIN NICOLAS BERTIN DE GRIGNAT, FREDERIQUE ANTOINETTE PATRICIA GHISLAINE DE GRIGNART e MAXIME THEO ROMAIN BERTIN DE GRIGNART.

Leia-se Processo Nº 08505.036434/2014-82 - LAURENT CHARLES MARIE BERTIN, ALEC BERJA MINMARIUS BERTIN DE GRIGNART, BASILE ANTONIN NICOLAS BERTIN DE GRIGNART, FREDERIQUE ANTOINETTE PATRICIA GHISLAINE DE GRIGNART e MAXIME THEO ROMAIN BERTIN DE GRIGNART.

No Diário Oficial da União de 12/04/2013, Seção 1, pág. 49,

Onde se lê: DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem

Processo Nº 08444.001486/2012-38 - YA FEN CHIN
Leia-se: DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. CHEN FENG CHANG e Srª YA FEN CHIN, medida extensiva ao filho menor, TING WEI CHANG, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 108/14 do Conselho Nacional de Imigração, por questão de economia processual.